

**1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da**  
**2 Criança e do Adolescente de Santos**

**3 Dia: 07/02/2013**

**Início: 8h30**

**4 Local: Casa de Participação Comunitária – Seção de Apoio aos Conselhos - Avenida**  
**5 Rei Alberto I, nº. 119 - Ponta da Praia – Santos/SP.**

**6 PAUTA:**

7 Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior;

8 Relatos dos Conselhos Tutelares;

9 Relatos da Diretoria Executiva;

10 Relatos das Câmaras Setoriais;

11 Apreciação e Deliberação do Seminário “Enfrentamento da Violência Sexual  
12 Infante -Juvenil” apresentado pela Comissão Municipal de Enfrentamento da  
13 Violência Sexual Infante - Juvenil – CEVISS;

14 Indicação de representantes do CMDCA para o Programa Viva- Leite e para os  
15 Conselhos e Comissões Municipais, a saber: COMAD e CMJ, CEVISS e CM-PETI;

16 Indicação de representantes do CMDCA para acompanhar a execução dos  
17 projetos financiados com recursos do FMDCA, de acordo com a Resolução  
18 Normativa 181/2012;

19 Assuntos Gerais.

20 Verificação da presença dos Conselheiros através de lista anexa.

21

22 Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, com início às oito horas e  
23 trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, localizada da Avenida Rei  
24 Alberto I, nº. 119, no Bairro da Ponta da Praia em Santos/SP realizou-se a segunda  
25 assembleia geral ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
26 Adolescente, biênio 2013/2014, com a presença dos conselheiros que  
27 subscreveram a lista anexa, tendo justificado suas ausências os representantes  
28 das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Esporte e, pela sociedade civil,  
29 Os Conselheiros titulares Lênio e Adriana e a suplente Cristina. Iniciou-se a  
30 reunião com a seguinte pauta: 1. Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia  
31 Geral Ordinária anterior; 2. Relatos dos Conselhos Tutelares; 3. Relatos da  
32 Diretoria Executiva; 4. Relatos das Câmaras Setoriais; 5. Apreciação e Deliberação  
33 do Seminário “Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil” apresentado  
34 pela Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil –  
35 CEVISS; 6. Indicação de representantes do CMDCA para o Programa Viva- Leite e  
36 para os Conselhos e Comissões Municipais, a saber: COMAD e CMJ, CEVISS e  
37 CM-PETI; 7. Indicação de representantes do CMDCA para acompanhar a  
38 execução dos projetos financiados com recursos do FMDCA, de acordo com a  
39 Resolução Normativa 181/2012, e 8) Assuntos Gerais. Antes da ordem do dia, O  
40 Presidente concedeu a palavra ao Sr. Flávio Santana - Coordenador de  
41 Articulação do Governo com a Sociedade, vinculado ao Gabinete do Prefeito, que  
42 explicou as atribuições do Departamento de Articulação do Governo Municipal –  
43 DEARTI, dentre elas buscar a aproximação do governo com a sociedade, de  
44 acordo com o perfil do Prefeito Municipal; solicitou um voto de confiança e afirmou  
45 estar ciente dos problemas a ser enfrentados. A ata da Assembleia ordinária

46 anterior foi submetida à apreciação do plenário. A ata foi aprovada com as  
47 alterações propostas pela Conselheira Tutelar Taís, sendo elas: a alteração da  
48 linha trinta, para que passe a constar seu nome no lugar da Conselheira Hellen; a  
49 alteração da linha sessenta e dois, para constar que foi solicitada cópia dos ofícios  
50 encaminhados pelo CMDCA às respectivas secretarias, conforme pedido dos  
51 Conselheiros Tutelares e não as cópias dos ofícios encaminhados pelos Conselhos  
52 Tutelares. Em seguida, os relatos dos Conselheiros Tutelares, estando presentes  
53 conselheiros da Zona Central e Leste. Com a palavra a Conselheira Taís Pereira  
54 Aguiar, que demonstrou preocupação em relação às demandas encaminhadas ao  
55 CMDCA, à medida que não há resolutividade e a situação permanece inalterada. A  
56 Conselheira Valéria informou que os problemas não se devem à falta de atuação  
57 deste Conselho, que encaminhou as queixas ao setor competente. Taís realçou  
58 que a situação não pode persistir e os Conselheiros Tutelares tomarão as medidas  
59 cabíveis, pois estão cansados de pedir providências. Informou ainda que o Núcleo  
60 de Atendimento Integrado – NAI contará com a presença dos Conselheiros  
61 Tutelares da Zona Leste, sendo, hoje, o primeiro dia de atendimento do Conselho  
62 Tutelar da Zona Leste, realizada através de tratativas com a representante do  
63 Ministério Público; a Conselheira deixou claro que o Conselho Tutelar não  
64 executará as medidas, mas aplicará medidas protetivas, atuando na garantia dos  
65 direitos dos adolescentes acusados da prática de ato infracional. O Conselheiro  
66 Geonísio Pereira Aguiar afirmou ser importante uma resolução do CMDCA quanto  
67 à obrigatoriedade dos três Conselhos Tutelares da Cidade comparecerem no NAI e  
68 não apenas o Conselho Tutelar da Zona Leste. Luci falou sobre a atribuição do  
69 Conselho Tutelar e o Conselheiros Edmir reforçou as afirmações dos Conselheiro  
70 Tutelares. Pelo Conselho Tutelar da Zona Central, a Conselheira Idalina ratificou o  
71 problema das vagas em creche e das crianças matriculadas longe de sua  
72 residência, cujos responsáveis não recebem vale-transporte, o que acaba  
73 inviabilizando a frequência escolar da criança. A Conselheira Tutelar Taís informou  
74 que na ata de primeiro de março de dois mil e doze, a representante da SEDUC  
75 esteve nesta Casa e foi deliberado pela edição de uma Resolução Normativa em  
76 relação ao transporte, e, em um ano, a resolução ainda não foi feita. A conselheira  
77 Tutelar Sandra informou que a solução é dar o transporte e não o passe. A  
78 Colaboradora Tânia Justo informou que não se devem buscar desculpas e, sim,  
79 resolver efetivamente um problema que se revela insolúvel até o momento. O  
80 Conselheiro Mello Júnior afirmou que a Câmara de Legislação se reunirá quanto à  
81 edição da Resolução Normativa do transporte escolar. Encerrado o relato dos  
82 Conselheiros Tutelares, alguns Conselheiros suscitaram a importância da  
83 frequência dos Conselheiros de Direitos na Assembleia deste CMDCA. O  
84 Conselheiro Marcelo Del Bosco justificou que não recebeu a convocação da última  
85 assembleia e forneceu seu e-mail para esse fim. O Conselheiro Geonísio afirmou  
86 sobre a necessidade da edição da Resolução Normativa que discipline a presença  
87 dos Conselheiros Tutelares no NAI, aguardando que siga seu tramite normal  
88 perante as Câmaras setoriais desta casa. Iniciado os relatos da Diretoria  
89 Executiva, na forma do item três da pauta, o Presidente Ricardo informou sobre a  
90 reunião sobre o SIPIAWEB ocorrida na sede do DEARTI, concedendo a palavra à  
91 Conselheira Helenice, que expos os problemas na sede do Conselho Tutelar da  
92 Zona Noroeste, que serão mitigados quando da instalação da fibra ótica; informou  
93 que o Conselho Tutelar da Zona Leste está próximo de uma solução, com visitas

94 sendo feitas pelos técnicos. O Conselheiro Edmir pediu que constasse da ata que  
95 já foi decidido pela adoção de uma proposta paliativa para os problemas de  
96 informática no Conselho Tutelar da Zona Noroeste a ser viabilizada pela Prefeitura  
97 Municipal. Após ampla discussão sobre as dificuldades com a internet, foi sugerida  
98 uma reunião com o Coordenador do Departamento de Informática, desta vez com  
99 a presença de todos os Conselheiros. A Conselheira Taís e a Colaboradora Tânia  
100 Justo disseram-se cansadas da falta de resolutividade deste problema, que viola  
101 direito das crianças e dos adolescentes. O Conselheiro Mello informou que o  
102 CMDCA, enquanto órgão permanente, é responsável pela solução do problema,  
103 independentemente de estarmos no início de uma nova gestão, devendo ficar  
104 consignado em ata um prazo para solução do problema, sob pena de algum  
105 encaminhamento por parte do Conselho Municipal. Por sua vez, o Conselheiro  
106 Boquinha entende que este Conselho deve exigir que se cumpra o que já foi  
107 deliberado, pois é arriscado aguardar pela solução do problema. A colaboradora  
108 Adriana Jandelli afirmou que a mudança de comando no Executivo não serve de  
109 justificativa para o atraso na solução deste problema e que há deliberação deste  
110 Conselho que deve ser cumprida. O Presidente Ricardo afirmou que o prazo de  
111 três meses é para a instalação da fibra ótica, mas que outras providências devem  
112 ser adotadas antes desse prazo. O Conselheiro Mello Júnior afirmou que este  
113 Conselho deve se posicionar em relação ao problema, exigindo de cada um  
114 consoante as suas atribuições. O Presidente Ricardo encerrou a discussão,  
115 informando que a Diretoria Executiva marcará uma reunião com o setor de  
116 informática a fim de resolver o problema, com a presença dos Conselheiros que  
117 desejem participar. Os Conselheiros de Direito Edmir, Boquinha, Renato e um  
118 representante de cada Conselho Tutelar participarão da reunião. O presidente  
119 Ricardo convidou um representante de cada Conselho Tutelar para estar presente  
120 na próxima reunião da Diretoria Executiva deste Conselho e informou sobre a  
121 necessidade de uma Assembleia Extraordinária no dia vinte e cinco de fevereiro  
122 para análise dos projetos encaminhados ao CMDCA. Em seguida, decidiu-se que  
123 os conselheiros que ainda não estiverem inseridos em uma das câmaras setoriais do  
124 CMDCA escolhessem quais delas queira participar. O Conselheiro Marcelo Del  
125 Bosco escolheu a Câmara de Relações Públicas e o Conselheiro Fábio, suplente  
126 da Secretaria de Cidadania escolheu a Câmara de Legislação. Iniciou-se o relato  
127 das câmaras setoriais. A Câmara de Planejamento ainda não escolheu seu  
128 coordenador por falta de quórum, devendo escolhê-lo na próxima reunião; o  
129 Conselheiro Geonísio justificou sua ausência na reunião da Câmara de  
130 Planejamento. Em seguida, o relato da Câmara de Relações Públicas, cujo  
131 coordenador é o Conselheiro Walter, que justificou sua ausência. O representante  
132 dessa câmara citou a situação do site “destinação criança” e a parceria que está  
133 sendo feito para mantê-lo no ar e atualiza-lo. Em seguida, o Conselheiro Luciano,  
134 da Câmara Financeira, informou que a primeira reunião da câmara destinou-se à  
135 discussão da agenda, dos projetos aprovados e à aprovação da verba para o  
136 seminário municipal de enfrentamento à violência sexual contra criança e  
137 adolescente; informou ainda sobre o saldo bancário da conta do Fundo: em uma  
138 das contas o saldo bancário é de nove mil, seiscentos e quarenta reais em uma  
139 conta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e um  
140 na outra. Desses valores, estão comprometidos um milhão, trezentos e cinquenta  
141 mil em projetos já aprovados. O Conselheiro Mello Júnior informou sobre a

142 situação do projeto da AASPE, demonstrando sua irresignação quanto ao trâmite  
143 dado a esse projeto, que foi vetado em razão de parecer da Douta Procuradoria do  
144 Município de Santos. Não se pode admitir essa ingerência nas deliberações do  
145 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é soberano em  
146 suas decisões. A Colaboradora Tânia demonstrou seu inconformismo em relação à  
147 tramitação dos projetos da AASPE e sua intenção de não mais encaminhar  
148 projetos a essa Casa. O Conselheiro Geonísio informou que esta Casa já havia se  
149 posicionado e que tomaria providências quanto ao caso. O Conselheiro Mello  
150 Júnior afirmou que o CMDCA deve se posicionar quanto à absurda exigência de  
151 licitação para os projetos do Fundo, que não se coaduna com o ordenamento  
152 jurídico vigente. A colaboradora Adriana informou que o CMDCA ordena a despesa  
153 e o órgão gestor deve cumprir essa decisão, acatando a deliberação deste  
154 Conselho. Sugeriu que o problema seja levado ao Ministério Público, ouvida,  
155 antes, a nova chefia da procuradoria geral do município, para que mude esse  
156 posicionamento; enfim, que o CMDCA se posicione definitivamente quanto a esse  
157 problema. O Conselheiro Mello Júnior informou que a decisão do CMDCA é ato  
158 jurídico perfeito, insuscetível de revisão pelo Executivo, que deverá apenas assinar  
159 o cheque em conjunto com o representante deste Conselho. O Conselheiro  
160 Geonísio afirmou a importância dos bons projetos e a existência de recursos, não  
161 se podendo mais admitir um retrocesso como esse. Isso deve acabar e esses dois  
162 projetos da AASPE são relevantes, devendo o CMDCA se posicionar  
163 definitivamente, enfrentando o problema. Ficou deliberado que será marcada uma  
164 reunião com o novo Procurador Geral, Dr. Donato Lovechio, a fim de resolver esse  
165 problema. Passou-se ao item cinco da pauta, sobre o Seminário de Enfrentamento  
166 da Violência Sexual Infanto-Juvenil. A Conselheira Valéria explicou o seminário e a  
167 necessidade de capacitação da rede de atendimento. A Colaboradora Adriana  
168 Jandelli afirmou sobre a necessidade de aporte suficiente de recursos suficientes  
169 para a divulgação e realização do evento, sendo aprovada a verba de dez mil reais  
170 para divulgação e realização do evento. Em seguida, o item seis da pauta, e por  
171 aclamação, a Colaboradora Adriana continuará representando este Conselho no  
172 Programa Viva Leite, sendo indicada ainda a Colaboradora Tânia para o COMAD, o  
173 Conselheiro Edmir para a CEVISS, a Conselheira Maria Fernanda para o CMJ e a  
174 Conselheira Viviane para o CM-PETI. De acordo com o item sete da pauta,  
175 passou-se a tratar da indicação de representantes do CMDCA para acompanhar a  
176 execução dos projetos financiados com recursos do FMDCA. Deliberou-se pela  
177 indicação dos Conselheiros Lucilene Martorelli Ortiz e Belanzia para o projeto  
178 Forma Not do trinta de julho; Maria Cristina e Rosana Caruso para o projeto ECA-  
179 Conhecer para Reconhecer; para o projeto Grupo de Cuidadores da Associação  
180 Adriana Braga e Lilian Rose; Iracema Maria e Adriano Luiz para o projeto Inovação  
181 Digital; Viviane Coste e Helenice Alves, para o projeto Promover; Luciano Oliveira e  
182 Célia Cristina para o Projeto Ensaio do Cotidiano; Eivalda Cora e Sérgio Eiras  
183 Projeto Salas de Leitura; Geonísio Aguiar e Fábio Figueiredo para o projeto  
184 Incentivando o Saber; Maria Fernanda e Renato Fontes para o Projeto Direito a  
185 Convivência Familiar e Comunitária – SEAS; Adriana Braga e Lilian Rose para o  
186 projeto Grupo de Cuidadores; Walter Tavares e Bruno Galloti para o projeto  
187 Construindo Minha História; Mariléia Melo da Silva e Gelásio Júnior para o Projeto  
188 Informática Inclusiva Geração Futuro Dois. Essa relação será encaminhada por e-  
189 mail a todos os conselheiros. Em discussão o último item da pauta, assuntos

190 gerais. A Conselheira Tânia Justa divulgou material sobre prevenção da AIDS,  
191 realçando o trabalho da ASSPE em relação à prevenção. Em seguida, a  
192 Colaboradora Luci citou o Sistema Integrado de Assistência Social, aprovado com  
193 verba do Fundo Municipal, que necessita de prestação de contas. A Conselheira  
194 Tutelar Taís afirmou ser boa a lembrança e que já é hora do sistema sair do papel.  
195 A Conselheira Helenice explicou o que é o SIAS, sistema que unificou o banco de  
196 dados do município. A Conselheira Taís informou que, tratando-se de recursos do  
197 fundo, havia prazo para sua implementação e que não é correto que somente os  
198 projetos da sociedade civil tenham que devolver os recursos e o poder público não  
199 se sujeite a qualquer cominação. O Conselheiro Mello Júnior afirmou que o Poder  
200 Público também deverá devolver os recursos em se constando irregularidades. O  
201 Conselheiro Edmir solicitou que a Câmara de Legislação edite uma minuta de  
202 Resolução Normativa, obrigando o Município a utilizar o SIAS. A Conselheira  
203 Helenice afirmou que a Resolução será útil, porque obrigará os servidores  
204 refratários a utilizar o sistema. A Conselheira Rosana Caruso solicitou um  
205 diagnóstico das Secretarias Municipais sobre o funcionamento do SIAS. Deliberou-  
206 se pela expedição de ofício deste Conselho às Secretarias Municipais solicitando  
207 informações sobre o funcionamento do SIAS e, não estando sendo utilizado, sejam  
208 apontadas as razões. O Conselheiro Edmir afirmou sobre a importância de uma  
209 unidade anexa ao presídio feminino a fim de que as crianças possam amamentar,  
210 solicitando uma atuação deste Conselho neste sentido. Não havendo mais  
211 assuntos, o Presidente encerrou a Assembleia.

212

213

214

215

216

217

218 **RICARDO DE OLIVEIRA GOMES****ANTONIO FERREIRA DE MELLO JÚNIOR**219 **Presidente do CMDCA****1ª Secretário do CMDCA**